



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**13/10/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. OUVIDORIA.....	2 - 3
1.3. PRISÃO.....	4
1.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	5
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. AÇÕES TJMA.....	6
2.2. CNJ.....	7
2.3. DESEMBARGADORES.....	8
2.4. PRESIDÊNCIA.....	9

# Suspenso o atendimento ao público em fórum

**BURITI** - O Fórum da Comarca de Buriti, localizada a 330km de São Luis, está com os serviços suspensos desde o dia 24 de setembro. De acordo com a juíza titular, Vanessa Ferreira Pereira Lopes, o fórum vai funcionar em sistema de plantão até que sejam resolvidos problemas estruturais, que estão impedindo o bom andamento dos trabalhos na unidade judicial.

Segundo a magistrada, o fórum precisava urgentemente de reparos na estrutura elétrica, lógica e telefônica. Os serviços foram solicitados em caráter de urgência pela juíza.

“Essa variação de energia estava prejudicando a realização de audiências, pois desligava computadores e impressoras”, relatou a juíza em comunicado à Corregedoria Geral da Justiça, acrescentando que é importante que o fórum esteja em perfeitas condições de trabalho, haja vista que se aproxima a Semana da Conciliação, evento em que ocorre um número maior de audiências.

# Aumenta número de denúncias à Ouvidoria do Ministério Público

De julho a setembro deste ano, o órgão recebeu 178 denúncias contra 111 de abril a junho, segundo relatório divulgado pela ouvidora-geral Mariléa Campos dos Santos Costa; para ela, números refletem a credibilidade do MP

Divulgação

**A** Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão recebeu 178 denúncias de julho a setembro deste ano. O número é 62% maior do que o registrado no trimestre anterior - abril a junho -, quando foram contabilizadas 111. Os dados fazem parte do relatório divulgado pela procuradora de Justiça e ouvidora-geral Mariléa Campos dos Santos Costa.

As denúncias são recebidas por e-mail, telefone ou registradas pessoalmente pelos interessados. Após o registro, cada uma vira um procedimento administrativo encaminhado à Promotoria de Justiça correspondente, ao órgão público ou instituição responsável pela demanda. Em seguida, todas as providências efetuadas são comunicadas aos reclamantes.

"Ao registrar uma denúncia, o cidadão recebe o número de protocolo para acompanhar o caso. A resposta sobre a reclamação é fornecida no prazo máximo de 30 dias. Informamos se o problema foi solucionado ou o encaminhamento da questão", explicou a ouvidora.

Na avaliação da procuradora de Justiça Mariléa Costa, a agilidade em responder às demandas e a imagem positiva do Ministério Público (MP) são fatores responsáveis pela evolução do número de reclamações registradas no órgão. "O aumento das denúncias retrata a credibilidade crescente do Ministério Público", afirmou.

No âmbito do MP, 43 Promotorias de Justiça no estado foram acionadas. As outras denúncias



Mariléa Costa diz que providências tomadas pela Ouvidoria do MP são informadas aos denunciante

## Mais

**Os interessados** em contatar a Ouvidoria podem fazer as denúncias pessoalmente, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, pelo telefone 0800.098.1600, pelo e-mail [ouvidoria@mp.ma.gov.br](mailto:ouvidoria@mp.ma.gov.br) ou via postal endereçada à: Ouvidoria Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, Rua Oswaldo Cruz, 1396, Centro, São Luís-MA, CEP 65.020-910.

foram encaminhadas à Polícia Civil, Defensoria Pública, Polícia Militar, Justiça Federal, Tri-

bunal Regional Eleitoral, Justiça do Trabalho, Procon, Caema, Cemar, Inbra e Iterma.

**Fraude** - Um exemplo da parceria entre a Ouvidoria e as Promotorias de Justiça é a Operação Voto, deflagrada pela Polícia Federal, após provocação do Ministério Público Eleitoral, no dia 3 deste mês, em São Bento. A Ouvidoria recebeu denúncia anônima sobre fraude em mais de mil títulos eleitorais e outros documentos.

O caso foi repassado ao promotor de Justiça Celso Antônio

Fernandes Coutinho, que fez as investigações com a Polícia Federal. Como resultado, foram cumpridos três mandados de busca e apreensão e localizados documentos de identidade falsificados, material para falsificação, além de títulos eleitorais de terceiros retidos ilegalmente. O esquema seria utilizado para fraudar o processo eleitoral e garantir a eleição de um candidato a vereador.

Em Rosário, irregularidades na contratação de uma empresa para realizar um concurso público levaram a promotora de Justiça Elizabeth Albuquerque de Sousa Mendonça a ajuizar Ação Civil Pública contra o Município. As investigações foram iniciadas após denúncia registrada pessoalmente por um cidadão na Ouvidoria. Com a apuração, também foram detectados outros problemas, a exemplo da falta de isenção de pagamento no edital para candidatos hipossuficientes. A Justiça acatou o pedido do Ministério Público e determinou a suspensão do certame em setembro.

A campanha *Queimadas: o fogo pega, a vida acaba*, desenvolvida pelas Promotorias de Justiça de Grajaú, ganhou repercussão nacional e motivou a superintendência da Eletronorte no Maranhão, em nome da Eletrobras, a destacar o trabalho do promotor de Justiça Carlos Róstão Martins Freitas. Na manifestação da empresa, a campanha institucional contra as queimadas contribui de forma decisiva com a preservação do meio ambiente e a manutenção da rede elétrica.

“

Ao registrar uma denúncia na Ouvidoria, o cidadão recebe o número de protocolo para acompanhar o caso. A resposta sobre a reclamação é fornecida no prazo máximo de 30 dias”

**Mariléa Campos dos Santos Costa**, procuradora de Justiça e ouvidora-geral

Além de São Luís, no último trimestre, o trabalho da Ouvidoria do MPMA contribuiu para solucionar problemas e atender manifestações da população em Humberto de Campos, Vitória do Mearim, Bacabal, Maracaçumé, São João Batista, Santa Rita, Santa Luzia do Tide, Urbano Santos, Grajaú, Alcântara, Poção de Pedras, São Raimundo das Mangabeiras, Santa Inês, São José de Ribamar, Rosário e Porto Franco.

## Preventiva

Divulgação



Policiais Civis da Delegacia Geral cumpriram na quinta-feira (4) um mandado de prisão preventiva decretado pelo Juiz da 2ª Unidade Jurisdicional do Tribunal do Júri, e prenderam Walterdes de Sousa Silva, de 41 anos, o *Louro*, natural do Piauí, vendedor. Ele é acusado ter cometido um homicídio que teve como vítima José Raimundo da Silva Filho, fato ocorrido em 2005 e foi praticado no quintal de uma casa no conjunto São Raimundo, em São Luís, onde na época morava o acusado. A prisão foi realizada por policiais da Delegacia Geral, após receberam informações da localização do acusado, que foi preso no fim da tarde em uma rua no bairro do Turu, onde estava morando atualmente. Após a prisão Walterdes foi apresentado na Polinter e depois de passar pelo IML, foi levado para o Centro de Triagem de Pedrinhas.

# Vara da Infância de Imperatriz faz o Ação Criança

Festa do Dia da Criança teve apresentação da banda do Exército, shows musicais com artistas da terra e serviços de saúde

**IMPERATRIZ** - Uma parceria da Vara da Infância de Imperatriz, Comissariado de Justiça da unidade, Ministério Público do Trabalho (MPT), Central Única das Favelas do Maranhão (Cufa/Imperatriz) e Grupo Petra – Missões Urbanas promoveu ontem, no bairro Caema, o Ação Criança. O evento comemorou o Dia das Crianças.

Coordenado pelo titular da Vara da Infância, juiz Delvan Tavares Oliveira, a ação visou levar lazer e diversão para os pequenos moradores do bairro, um dos mais carentes da região.

Cerca de 800 crianças participaram da programação, que previa, entre outras atividades, a distribuição de brinquedos e lanches. De acordo com o juiz, para a coleta de brinquedos feita durante o evento, caixas destinadas às doações foram instaladas no fórum, escolas, faculdades e empresas locais, parceiras da ação.

“Entretanto, a ação não se restringiu à distribuição de brinquedos”, explicou Delvan Tavares. Segundo ele, o evento

conscientizou para o trabalho infantil de rua. “Esta festa já é uma preparação para um projeto que vamos lançar na comarca”, disse o juiz, citando os ministérios públicos do Trabalho e Estadual e o do Trabalho e Emprego, parceiros no projeto, a ser lançado em breve.

O trabalho de conscientização ambiental também foi desenvolvido no Ação Criança. Segundo ele, as caixas de presentes se transformaram em recipiente de coleta, onde as crianças foram orientadas a depositar o lixo produzido durante a ação.

Apresentação da banda do Exército e dos cães de guerra da instituição, descida de rapel com equipe do Corpo de Bombeiros e apresentação de artistas de Imperatriz – peça teatral com o grupo Petra e show musicais com Zeca Tocantins e Neném Bragança - serviços de atenção básica de saúde, corte de cabelo e recreação constaram da programação.

**Balsas** - A juíza da 3ª Vara e do

ros são feitos. Os prazos processuais estão suspensos.

No documento, a juíza também determina a interdição da área atingida pelo desabamento: Gabinete dos Juizes, Secretarias Judiciais, Distribuição, Diretoria do Fórum, cantina e arquivos. A área será isolada, estando proibida a passagem e/ou permanência no local, ressalvados os técnicos que venham a ser responsáveis pelo reparo.

Aos juizes, é facultado o funcionamento dos gabinetes na ala do Tribunal do Júri, bem como a manutenção de uma célula da Secretaria Judicial, com a presença da secretária e um servidor.

A Portaria assinada pela diretora do fórum de Balsas já foi entregue ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, que está acompanhando todas as medidas tomadas pelo Tribunal de Justiça do Maranhão para resolver o problema. O documento foi enviado também ao Tribunal de Justiça.

## Mais

**Apoiam** o Ação Criança o Exército, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu), artistas locais, Faculdade de Imperatriz (Facimp), Universidade do Sul do Maranhão Unisulma), Secretaria de Desenvolvimento Social de Imperatriz, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e empresários da cidade.

Fórum da Comarca de Balsas, Nirvana Maria Mourão Barros, determinou na Portaria nº 59/2012, quinta-feira (11), restrição das atividades da comarca ao plantão judicial, devido ao desabamento de parte do teto de uma área do fórum, ocorrido no dia 5 deste mês.

A medida vigora até a transferência das unidades judiciais para um prédio alugado temporariamente, enquanto os repa-

## Desempenho (I)

■ Primeiro indicador sistemático sobre a gestão dos tribunais brasileiros, o Índice de Desempenho da Justiça (IDJus) revela que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul é o mais eficiente do país. O inédito ranking foi elaborado a partir da análise de dados referentes às gestões orçamentaria, de recursos e de processos dos tribunais brasileiros, levando em conta os dados do programa Justiça em Números do CNJ. Para medir o índice, a equipe formada por juristas e acadêmicos considerou temas como despesas, receitas, transferências, recursos humanos, tecnologia, litigiosidade e produtividade. O grupo responsável pela pesquisa não usou apenas os números referentes aos tribunais, mas também à Justiça de primeira instância.

## Desempenho (II)

■ Os especialistas responsáveis pelo levantamento dividiram o índice em três grupos, avaliando a eficiência não apenas dos tribunais de Justiça dos Estados, como também dos tribunais regionais federais (TRFs) e dos tribunais do Trabalho (TRTs). Já entre os TRFs, o mais bem avaliado é o da 4ª Região, que abrange os estados do Sul do Brasil, enquanto o de pior desempenho é o da 1ª Região, localizado em Brasília, que engloba o Distrito Federal, Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins) — 28,3 pontos.

❖❖ **O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incorporou, mesmo que parcialmente, mais de 300 sugestões de aperfeiçoamento ao texto do projeto de lei de padronização das custas judiciais, que será levado ao Plenário nos próximos dias.**

❖❖ **A maioria das sugestões ao texto, que ficou em consulta pública em junho, é do próprio Poder Judiciário.**

## Cidadão

■ A Assembleia Legislativa do Maranhão concedeu na quinta-feira (11) título de Cidadão Maranhense ao desembargador Paulo Velten. Emocionado, Paulo Velten disse que a honraria representa a renovação dos compromissos assumidos em

quase três décadas no Maranhão, onde se sente totalmente integrado ao povo e à cultura da terra. “O título é uma certidão de batismo e fortalece minhas relações com o Estado, onde finquei raízes” ressaltou o desembargador.

*“O Telejudiciário é o canal de comunicação direta entre o cidadão e o Poder Judiciário. Auxilia a ouvidoria, destinando-se a informar e orientar os que procuram a Justiça estadual”, diz o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.*